

CICLO DE DIÁLOGOS DA LEI MARIA DA PENHA
Recomendação CNMP nº 89/2022

12 de agosto de 2022 (sexta-feira), das 8h30 às 17h

(Evento on-line com transmissão pelo canal da ESMP no YouTube)

I - JUSTIFICATIVA

A Lei Maria da Penha foi promulgada em agosto de 2006 tendo por objetivo o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher por meio de ações de recrudescimento às respostas penais, da prevenção da violência, além de medidas voltadas à assistência e à proteção das mulheres.

Em meio aos dispositivos da Lei, destacam-se as atribuições do Ministério Público para sua efetivação, instituição presente em todos os feitos como parte ou não, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher; na sua atuação de fiscalização dos serviços destinados ao atendimento à mulheres em situação de violência; no cadastramento dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher; e na articulação e incentivo da implementação de políticas públicas atreladas à finalidade da lei.

É fato que o Ministério Público tem se estruturado para responder às demandas atreladas à realidade da violência doméstica e familiar contra a mulher, inclusive no âmbito dos desafios que impõe a fiscalização das medidas protetivas de urgência, ou mesmo nas complexidades que envolvem os diversos perfis de vítimas nas suas interseccionalidades.

Não por outro motivo, o Conselho Nacional do Ministério Público emitiu a Recomendação n. 89/22, criando a semana “Ciclo de Diálogos da Lei Maria da Penha” tendo por objetivo a avaliação da aplicabilidade e a eficácia da Lei Maria da Penha no âmbito do Ministério Público, dos avanços legislativos e da observância de instrumentos a serem aprimorados e implementados para a colaboração do Ministério Público brasileiro na prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher.

Essa a razão pela qual os Núcleos de Gênero dos Ministérios Públicos de São Paulo e de Goiás, a Escola Superior do Ministério Público de São Paulo e a Escola Superior do Ministério Público de Goiás, com apoio institucional do Conselho Nacional do Ministério Público pela Unidade Nacional de Capacitação – UNCMP, da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Ministério Público – COPEVID, do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil - CDEMP e da Escola Nacional do Ministério Público – ENAMP, promovem o evento “CICLO DE DIÁLOGOS DA LEI MARIA DA PENHA”, que resultará em uma carta com propostas para subsidiar a implementação e o aprimoramento de uma Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento contra as Mulheres no âmbito do Ministério Público Brasileiro.

II - PROGRAMAÇÃO

8h30 – ABERTURA:

MÁRIO LUIZ SARRUBBO – Procurador-Geral de Justiça de São Paulo.

AYLTON FLÁVIO VECHI - Procurador-Geral de Justiça de Goiás.

LUCIANA GOMES FERREIRA DE ANDRADE - Procuradora-Geral de Justiça do Espírito Santo. Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG.

PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA E COSTA – Procurador de Justiça. Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo - CEAF/ESMP.

ADRIANO GODOY FIRMINO – Promotor de Justiça. Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás - ESUMP-GO.

OTÁVIO LUIZ RODRIGUES JÚNIOR – Conselheiro Presidente da Comissão de Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

BIANCA STELLA AZEVEDO BARROSO – Membro Auxiliar da Ouvidoria Nacional do Ministério Público.

DANIEL CARNIO COSTA - Conselheiro Presidente da Unidade Nacional de Capacitação do Conselho Nacional do Ministério Público - UNCNMP.

TATIANA VIGGIANI BICUDO - Procuradora de Justiça. Secretária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo.

ARTHUR PINTO DE LEMOS JÚNIOR – Promotor de Justiça. Secretário Especial de Políticas Criminais e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais do Ministério Público do Estado de São Paulo – CAO-CRIMINAL/MPSP.

9h às 12h - MESA 1:

“A atuação do sistema de Justiça e segurança pública e a importância do sistema de saúde, educação e de assistência social na proteção e no atendimento às vítimas da violência doméstica”

Expositoras:

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE – Secretária de Justiça do Município de São Paulo e Professora Doutora na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP.

“O sistema de Justiça na aplicação da Lei Maria da Penha”

MARTA MARIA ALVES DA SILVA - Médica clínica geral e sanitária do Estado de Goiás.

“A atuação em saúde pública e a violência doméstica e familiar contra a mulher”

RAISSA BRAGA – Advogada. Professora Universitária e Sócio Fundadora do Instituto de Capacitação e Pesquisa de Pernambuco - ICPP. Membro do Instituto Maria da Penha.

“O terceiro setor na rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher”

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN – Assistente Social e atualmente Diretora de Planejamento e Gestão do Ministério Público do Estado do Paraná. Doutora em Sociologia e Ex-Secretária Nacional de Assistência Social.

“A Assistência Social e o seu papel no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher”

JAMILA JORGE FERRARI – Delegada de Polícia. Coordenadora das Delegacias de Defesa da Mulher do Estado de São Paulo.

“Os desafios da polícia civil na efetividade da Lei Maria da Penha”

ENICLÉIA CRISTIANA MORAIS - Coordenadora Regional de Educação em Goiânia e idealizadora do Projeto Ponto de Escuta Ativa nas escolas

“Projeto Ponto de Escuta: iniciativa na área da educação para aprimorar, implementar e colaborar com o MP na prevenção e no enfrentamento à violência contra a mulher”

Debatedor: LUÍS SOARES DE MELLO – Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Presidente de Mesa: FABÍOLA SUCASAS NEGRÃO COVAS – Promotora de Justiça. Coordenadora do Núcleo de Gênero do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais do Ministério Público do Estado de São Paulo.

12h às 14h – INTERVALO

14h às 16h30 - MESA 2:

“Os avanços legislativos e a aplicabilidade e a eficácia da Lei Maria da Penha no âmbito do Ministério Público” (COPEVID)

Expositoras:

RÚBIAN CORRÊA COUTINHO – Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás. Coordenadora Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Ministério Público – COPEVID.

“Ações da COPEVID para a confirmação dos avanços legislativos e efetividade da Lei Maria da Penha”

CARLA RODRIGUES ARAÚJO DE CASTRO – Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

“Violência psicológica”

SARA GAMA SAMPAIO – Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia.

“Formulário Nacional de Avaliação de Risco”

VALDIRENE SANCHES MEDEIROS JACOBS – Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

“ A importância da reflexão sobre a violência de gênero no sistema prisional”

LUCIMARA CAMPANER – Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima. Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima

“Desafios da aplicação da LMP às mulheres indígenas e imigrantes venezuelanas”

ARIANE PATRÍCIA GONÇALVES – Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás.

“Os desafios da aplicação da Lei Maria da Penha às meninas”

Debatedora: SILVIA CHAKIAN DE TOLEDO SANTOS – Promotora de Justiça. Coordenadora do Núcleo de Apoio a Vítimas de Violência do Ministério Público do Estado de São Paulo – NAVV.

Presidente de Mesa: TAMARA ANDREIA BOTOVCHENCO RIVERA – Promotora de Justiça. Coordenadora da Área de Políticas Públicas e Direitos Humanos do Centro de Apoio Operacional às Procuradorias e Promotorias de Justiça – CAO e Coordenadora do Núcleo Estadual de Gênero e do Núcleo de Diversidade e Combate à Discriminação do Ministério Público do Estado de Goiás.

17h – ENCERRAMENTO

III – PÚBLICO:

Evento on-line aberto ao público em geral.

IV - INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES:

Evento gratuito, com tradutor de libras e transmissão ao vivo pelo canal da ESMP no YouTube. A inscrição pode ser feita pelo preenchimento de formulário online, disponível na página do CEAF/ESMP (www.esmp.mpsp.mp.br), **até às 17h do dia 11/08/2022**. A lista de inscritos estará disponível no site da ESMP.

O link de acesso à transmissão e instruções serão enviados para o e-mail informado na inscrição.

V - CERTIFICADO

Haverá emissão de **CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO**, sendo necessário realizar a inscrição prévia no evento, **participar da transmissão ao vivo e registrar presença**. É preciso alcançar a **frequência mínima de 75%** do evento para obtê-lo.

O certificado também será concedido aos inscritos que assistirem ao evento no portal do aluno (na seção “aulas gravadas”) em até 5 (cinco) dias após sua realização, contados a partir do dia em que foi exibido.

Ele estará disponível **a partir do dia 19/08/2022**, no portal do aluno (esmp.overseebrasil.com.br).

Realização:

Ministério Público do Estado de São Paulo - MPSP
Ministério Público do Estado de Goiás - MPGO
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do MPSP – ESMP-SP
Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás - ESUMP-GO.
Núcleo de Gênero do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
do Ministério Público do Estado de São Paulo
Núcleo Estadual de Gênero Ministério Público do Estado de Goiás

Apoio:

Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP
Unidade Nacional de Capacitação do Conselho Nacional do Ministério Público - UNCNMP
Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher -
COPEVID
Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos
Ministérios Públicos - CDEMP
Escola Nacional do Ministério Público – ENAMP